



## Ensaio e Ciências

UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO DO PANTANA

editora@uniderp.br

ISSN: 1517-9141

BRASIL

2000

Gilma C. González

REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA E O MEIO AMBIENTE

*Ensaio e Ciência*, dezembro, año/vol. 4, número 003

Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

Campo Grande, Brasil

pp. 117-133

# REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA E O MEIO AMBIENTE

*Gilma C. González*

*Economista, mestra em Desenvolvimento Agrícola e doutoranda em Estudos Internacionais  
Comparados pelo CPDA/UFRJ. Professora da FIC/UNAES.*

## RESUMO      ABSTRACT

O Artigo trata de algumas definições sobre a temática da Economia Política e da biodiversidade. Tem como objetivo levantar questões para discussão, destacando-se a contradição entre limites físicos, biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico. A metodologia adotada foi a descritivo-bibliográfica que nos permitiu a análise dos meios e resultados inerentes ao sistema capitalista de produção, apontando para a necessidade de se refletir sobre a preservação da biodiversidade.

### **Palavras-chave**

Economia política,  
biodiversidade,  
sistema capitalista de produção.

This article shows some definitions about the subject that concerns Political Economy and biodiversity. It aims at bringing up questions for been discussed, focusing the contradiction among physical borders, biodiversity and socio-economical development. The methodology adopted was the descriptive-bibliographical one, that allows the analysis of the means and of the results that are intrinsic to the capitalist production system, indicating the necessity of a reflection about the biodiversity preservation.

### **Key-words**

Political economy,  
biodiversity,  
capitalist production system.

# 1 INTRODUÇÃO

O homem, como os demais seres vivos, para sobreviver, tem de enfrentar a natureza e a sua adversidade. E nessa relação com a natureza ele se mostra distinto dos outros seres vivos, uma vez que age no sentido de traçar sua própria história, modificando as condições existentes, buscando o meio natural para tornar sua vida melhor.

Muitos estudiosos realçam o estranhamento entre as questões econômicas e as ligadas com a natureza, suas diferenças e contradições. A tensão entre o econômico, isto é, a produção de bens para a sobrevivência humana e a conservação da natureza não é uma preocupação recente. Os interesses conservacionistas foram vários e bem definidos.

Em termos históricos, vêm desde a Antigüidade, mas tornaram-se mais visíveis a partir do período feudal, no Ocidente, com o interesse da nobreza em preservar os terrenos de caça, isto é, os habitats de certas espécies da fauna. Estas ações muito simples, isoladas, não se estenderam a todas as formas de vida silvestre, apenas àquelas de interesse específico dessa classe social.

As preocupações daquele período eram distintas das observadas no século XX, em especial a partir da sua segunda metade, quando há uma tomada de consciência, por várias camadas sociais, em face da constatação de se estar frente a uma crise ambiental, quanto à sua dimensão. Algumas obras são importantes, neste sentido vale registrar, não pelo valor científico mas pelo alerta, a de Rachel Carson, que em 1962 publicou *Primavera Silenciosa*, em que onde trata do problema dos biocidas, influenciando a opinião pública mundial.

Especialmente, a crise ambiental, que era um fenômeno local, passou ao âmbito regional e hoje reflete em todo o planeta em *Pesticides and the living landscape*

O presente artigo trata de algumas definições sobre a temática da Economia Política e da biodiversidade, sendo seu objetivo levantar questões para discussão.

O diagnóstico dos problemas ambientais é complexo, envolve diversas variáveis, inclusive em escala temporal, o tempo planetário, o geológico, o dos seres vivos, que são diferentes do tempo humano e das possíveis medições. As

mudanças ambientais no planeta interagem com um grande número de variáveis que levam a resultados imprevistos, difíceis de se reduzir a modelos. Também não é simples determinarem-se as causas da crise ambiental.

Alguns cientistas discutem a própria realidade da crise, e o papel da ação humana. Entre aqueles que atribuem uma importância central à ação humana, não esclarecem por que o ser humano levou o equilíbrio ecológico a um nível tão delicado, comprometendo sua própria sobrevivência e possivelmente a de muitas outras espécies.

A questão aqui levantada é que a contradição entre limites físicos e desenvolvimento é equivocada. A sociedade humana, antes de defrontar-se com limites naturais ou físicos, enfrenta as contradições sociais.

No Brasil o entendimento da biodiversidade evoluiu gradativamente. Da defesa do direito de propriedade, pelo qual passa também o da terra, e que com ela o dono pode fazer o que lhe der vontade, onde o direito individual se sobreponha ao interesse social ou coletivo, passou-se, ao entendimento de que havia limites no direito de propriedade, inclusive no da terra. Entre outros diplomas legais, que tratam do direito ao meio ambiente saudável, encontra-se expresso a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, que trata do Meio Ambiente, expressando-o como bem de uso coletivo (BRASIL, 1988, P. 122-4).

Por volta de 1992, a Amazônia, o Pantanal e suas populações tiveram destaque na mídia, nos discursos e mesmo nos documentos dos órgãos públicos. Em 2000 foi tema até nos desfiles de Carnaval.

Em 1998 e 1999 as queimadas no Centro-Oeste e na Amazônia assumiram proporções tais que os reclamos e alertas vieram não só do País, mas de várias partes do mundo. Em se tratando da biodiversidade e desenvolvimento, a Conferência do Rio de Janeiro, a ECO-92, ou “cúpula da terra” foi um dos eventos históricos mais importantes do século XX. Nela foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que também inaugurou uma nova maneira de tratar o meio ambiente.

São formas de se aferir que se ampliou em todo o mundo a consciência, que é indispensável à conservação da chamada diversidade biológica ou

biodiversidade. Esse interesse encontra-se hoje manifesto na preocupação da quase totalidade dos governos.

## 2 A PRODUÇÃO DA NATUREZA COMO CAPITAL

A Economia Política é aqui entendida como a ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação, distribuição e consumo de bens materiais. Ela trata do valor e do capital. Busca também analisar o caráter das leis econômicas, sua especificidade, natureza e relações mútuas. Nesse sentido é uma ciência basicamente teórica, usando dados da economia descritiva e da análise econômica. Para atingir seus objetivos, a Economia Política recorre a um conjunto de categorias que formam seu instrumental teórico e a uma metodologia capaz de conduzir o investigador científico a um conhecimento objetivo do processo produtivo e de suas leis.

Os temas sobre Economia Política vêm da Grécia Antiga, inclusive a denominação foi utilizada por Aristóteles. Na Idade Moderna, os primeiros estudos sobre Economia Política iniciaram-se com os Mercantilistas, no capitalismo comercial. Antoine Montchretien em 1615 restabeleceu a denominação grega. Mas no seu nascimento, a Economia como ciência deve-se aos Fisiocratas e mais especificamente a Adam Smith, o fundador da Escola Clássica.

Enquanto os Mercantilistas centram suas preocupações na circulação, os Fisiocratas a têm na produção e dizem ser ela, a natureza, a fonte da riqueza. François Quesnay (1694-1774), economista francês, maior expoente da Fisiocracia, médico e naturalista, idealizou em seu trabalho original *Tableau Économique* (Quadro Econômico) uma ciência econômica à semelhança das ciências naturais. K. Marx, o primeiro a se dedicar de forma crítica a esta obra diz: “*um enigma, no qual em vão quebraram os dentes todos os críticos e historiadores da Economia Política que se ocuparam dele até hoje*” (apud apual AFANASSIEU et al. 1967, p. 252).

Trata-se de uma primeira sistematização, comparando o aparelho circulatório do corpo humano com o encadeamento dos fatos econômicos, isto é, a circulação da renda vista sob a ótica macroeconômica. Para Quesnay (1978),

toda riqueza se extrai da natureza, e a agricultura é a atividade geradora de excedentes, a indústria apenas transforma os produtos e o comércio é atividade estéril. Via assim a natureza como provedora de bens, e não como algo a ser preservado.

Já em outro veio teórico, os economistas da Escola Clássica, que surgiu em meados do século XVIII com a obra de Adam Smith, seu membro mais importante, e vai até 1870, tem outros economistas também não menos importantes como D. Ricardo, T. Malthus, e J. S. Mill que estudaram a economia sob uma ótica global, macroeconômica. Apesar de algumas idéias distintas sobre os problemas econômicos, em Ricardo e Malthus as discussões eram permanentes - o que uniu o pensamento clássico foi a idéia de que é o trabalho humano que cria riquezas. Para eles, a riqueza natural tem valor de uso, sendo diferente da riqueza social que tem valor de troca e o desenvolvimento é travado na natureza.

Tanto Ricardo como Malthus voltam-se para a partição da riqueza entre as classes sociais<sup>1</sup>. Ricardo estudou a *renda da terra*, chegando a sua teoria dos rendimentos decrescentes, tendo como base a utilização das terras mais longínquas e menos férteis, fator que aumenta os preços dos produtos agrícolas e incrementa renda aos latifundiários. Esta, para ele era a classe improdutiva, por viver de rendas. Para Malthus os latifundiários eram importantes, pois ao auferirem rendas, estavam aptos a gastá-las, gerando o desenvolvimento. Malthus, pai da demografia, também é autor da teoria de crescimento populacional: a população cresce em proporção geométrica e a produção dos gêneros agrícolas cresce em proporção aritmética, questão que envolve discussões entre os ambientalistas.

K. Marx, economista clássico pois tem também no trabalho o fator de criação de riquezas, juntamente com F. Engels, fazem a crítica da Economia Política Clássica. Também do capitalismo, por meio de estudo histórico do seu desenvolvimento. Para eles o trabalho humano é social e, assim sendo, cria riqueza social, mas há apropriação desta riqueza por alguns, em detrimento de outros, gerando a *mais-valia*. Também para eles, o desenvolvimento é travado por relações sociais. A produção para o lucro é ilimitada, depreda a natureza e os trabalhadores.

Para Marx, o conjunto das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base real de sustentação para a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência

social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.

Registra no Prólogo de la Contribución a la Crítica de la Economía Política: Al cambiar la base económica, se revoluciona, más o menos rápidamente, toda la imensa superestructura erigida sobre ella (MARX, 1972, p. 183).

A economia Neoclássica tem em Walras, Jevons e Menger seus representantes, que rompem com a tradição da Escola Clássica. Há como que uma revolução no pensamento econômico: de uma visão macroeconômica – economia das nações - passa-se ao estudo da economia das empresas, a microeconomia. Das preocupações em se entender a dinâmica da sociedade, passa-se ao individualismo metodológico; a produção tem o seu eixo centrado na economia da demanda; o valor que era estudado objetivamente passa a ser analisado subjetivamente.

A concorrência é o mecanismo para o equilíbrio geral, incluindo-se o pleno emprego. Se algo de errado ocorria com o crescimento, isto devia-se às imperfeições do mercado. A Economia Neoclássica tem em A. Marshall seu maior vulto e em A.C. Pigou<sup>2</sup>, o elo entre Neoclássicos e Keynesianos. Para este último, o ótimo individual nem sempre leva ao ótimo social; diferencia o produto privado do produto social; estuda externalidades que serão importantes nos estudos da economia ambiental atual, diferenciando as externalidades positivas das negativas.

Era a Belle Époque, o encantamento como o progresso individual sintetizado como: tudo vai bem no melhor dos mundos. A crença na técnica e no progresso da ciência era total,

... ninguém duvidava do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia tão óbvio para ser negado (...) as duas grandes correntes filosóficas: o positivismo francês e o empirismo inglês, subordinavam-se à ciência” (HOBBSAWN, 1979, p. 261-262).

O avanço da ciência e da técnica levam ao crescimento material, ao avanço do capitalismo, as empresas, firmas e indústrias agigantam-se, amplia-se a concentração do capital e as crises que culminam na Primeira guerra Mundial.

A macroeconomia keynesiana, surgida a partir de Keynes, 1920, retomando o pensamento de Malthus no que tange à questão da superprodução

é que lhe deu subsídios para a elaboração da sua tese da Demanda Efetiva. No desenrolar da crise que o capitalismo enfrentava no limiar da crise de 1929, crise e desemprego conduz à revisão das virtudes do mercado. Keynes, que teve sua formação econômica no neoclassicismo, revê os pressupostos e conclui dizendo que o Estado deve participar do desenvolvimento, quando o mercado não soluciona os problemas socioeconômicos. A análise econômica, assim, volta-se para a macroeconomia, lança conceitos que serão a base para as Contas Nacionais.

Partindo-se da constatação de que é correta a afirmação de Marx de que o capital só se expande quando em movimento, e que a busca contínua dessa expansão é inerente ao próprio capitalismo, uma vez que o valor do excedente advém da transformação que faz da produção excedente, a reprodução da vida passa a depender totalmente desse processo. Na sua obra *Ideologia Alemã*, Marx diz

A circulação simples de mercadoria  $\frac{3}{4}$  vender para comprar  $\frac{3}{4}$  serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades" (...) "a circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites (MARX, 1978).

A legitimidade da expansão do capital passa a ser conferida pelo mercado, via atendimento das necessidades individuais e coletivas; é a idéia do consumidor soberano, tão ao gosto dos neoclássicos, que pela manifestação dos seus desejos dirige a evolução do sistema produtivo. O mercado é, no capitalismo, o melhor instrumento de sanção social, medido por critérios quantitativos.

Smith, pai da Escola Clássica, em sua obra *A Riqueza das Nações*, no capítulo "O princípio que dá origem à divisão do trabalho" registra

...Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer. Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles (SMITH, 1993, p.95).

Assim, na expansão constante do capital, não é a satisfação das necessidades o que busca o capitalismo, mas, pelo contrário, ele se sustenta na própria criação de novas necessidades, a fim de que o mercado possa absorver o excedente gerado

na produção e, dessa forma, realizar o lucro. O lucro e o progresso material, resultados inerentes ao sistema capitalista de produção e há um forte apelo ao consumismo e aos padrões de consumo dos EUA, levando ao mito do desenvolvimento econômico. As reflexões de Furtado (1983) apontam nessa direção.

### 3 O SIGNIFICADO DA NATUREZA

Nos séculos XVII, XVIII e até mesmo XIX havia uma ideologia do campo, o convite à contemplação, à reflexão e ao isolamento espiritual. Decorrem daí o avanço dos estudos da história natural e divulgação dos relatos de viagens de naturalistas descrevendo paisagens visitadas, sua exuberância e diversidade natural encontradas principalmente nos trópicos. Estas questões estão bem exemplificadas nas obras de Humboldt (1769-1859).

As preocupações com a biodiversidade são expressadas de forma mais efetiva a partir do início do século XIX, quando os resultados da degradação ambiental provocados pela Primeira Revolução Industrial estavam visíveis. Vale lembrar que os economistas clássicos, que vivenciaram a primeira Revolução Industrial, não lhe fazem referência.

A preocupação com a conservação da natureza, fortalece-se efetivamente, a partir do primeiro decênio do século XX, com o engajamento de importantes políticos, entre eles o presidente dos EUA, Theodore Roosevelt.

Movimentos ecológicos estruturados começam a surgir a partir da década de 1920, o primeiro deles na Alemanha, coincidindo com a ascensão do nazismo e com ele se identificando,

no forte sentimento nostálgico e na busca das origens puras do espírito nacional”, [através do] “apego” ao solo, à natureza e à Mãe Terra, a crítica ao progresso, ao mundo industrial e ao artificialismo da tecnologia moderna... (SILVA, 1997, p.24-5).

Mas não é primazia do fascismo, outros movimentos similares, com menor expressão e não vinculados ao fascismo, surgiam na mesma época na Europa. A evolução da tomada de consciência ambiental é maior a partir da década de 1960, constatando-se que o mundo passava por uma crise ambiental. Para o

movimento ecológico essa década é referência, pois a partir daí este movimento assume efetiva estrutura política.

Merece destaque o Clube de Roma, associação privada composta por abnegados: empresários, cientistas e participantes na vida pública de todos os continentes, preocupados com os problemas que ameaçavam a sociedade global: a corrida armamentista, a explosão demográfica, deterioração do meio ambiente e o estancamento econômico. Esse Clube, fundado no início da década de 1970, por Aurélio Peccei, economista e homem de negócios, com o propósito de estudar problemas relativos ao crescimento econômico associados ao meio ambiente, em face da constatação de que uma fração muito pequena da população mundial estava empenhada na compreensão dos problemas e na busca de suas soluções.

As publicações por ele geradas envolvem estudos, entre outros aqueles conduzidos por uma equipe do Instituto Tecnológico de Massachussets-MIT, também os de Barry Commoner, biólogo americano especialista em ecologia; e os de J. Forrester, publicados em 1971 com o título de *World Dynamics*. São tentativas de empreender análises múltiplas, quantitativas, prognósticos e simulação de aspectos que relacionam homem e natureza.

Em seu projeto de estudos, entre os provedores, envolvem também a Fundação Volkswagen, para consecução de seu objetivo de definir

los límites y los obstáculos físicos del planeta a la multiplicación de la Humanidad y de la actividad humana – de ahí el título Los límites del crecimiento – Informe para el proyecto del Club de Roma em torno al predicamento de la Humanidad (MEADOWS et al., 1972, p.21).

Estas são algumas das formas que se utilizaram para sensibilizar as pessoas e que se ampliaram em todo o mundo, criando a consciência que é indispensável à conservação da chamada diversidade biológica ou biodiversidade. Interesse que hoje se encontra manifesto na preocupação da quase totalidade dos governos.

Quanto à compreensão da biodiversidade, um marco importante foi a Conferência do Rio de Janeiro, ECO-92, ou cúpula da terra” onde foi consagrado e popularizado o conceito de “desenvolvimento sustentável”. As posturas, assumidas a partir daí, assinalam mudanças no modo de tratar o meio ambiente

entre eles o consenso de que o desenvolvimento econômico deve ser pautado nos limites colocados pela poluição e degradação, tanto no curto como no longo prazos. Nessa Convenção, ainda, foi acordado que “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”.

Embora a biodiversidade não tenha sido explicitamente considerada, aprovou-se a “Convenção sobre Diversidade Biológica”, que repete mais uma vez a existência de pretensos direitos das espécies à conservação, o que impõe obrigações morais de preservá-las; além disso, altera a relação de apropriação entre os países detentores e não detentores da biodiversidade, à medida que estabelece a soberania dos primeiros – os detentores - sobre esses recursos, e seu direito de participar dos benefícios científicos e financeiros oriundos da exploração, e esta foi uma discussão inconclusa, pois nem todos os países concordaram, entre eles os Estados Unidos da América.

É digno de menção que aqui se encontra a explicação do porquê de os Estados Unidos recusaram-se a assinar o documento, ainda que tal postura o tenha isolado diplomaticamente nesse assunto. Seu argumento foi que não ficava protegida a propriedade intelectual das patentes das descobertas e produtos criados a partir de pesquisas. Como são as empresas norte-americanas as detentoras da maioria das patentes sobre conhecimentos dessa biodiversidade julgaram-se no direito de conservar suas posições.

Estas discussões prosseguiram por ocasião da reunião de elaboração do Protocolo de Quioto, Japão, que tinha entre seus objetivos o controle da emissão de gases na atmosfera, em sua maior parte, produzido nos países mais desenvolvidos, não tendo os EUA concordado com a data para o monitoramento, posição que levou ao seu isolamento.

Retornando ao documento elaborado na ECO-92, particular ênfase foi nele colocada sobre a conservação *in situ* e a manutenção de populações viáveis de espécies, recomendando que os processos e categorias de atividades que podem ser destrutivos da biodiversidade devem ser regulados e manejados. E, também, que deve ser evitada a introdução de espécies exóticas que ameaçam ecossistemas, *hábitats* ou espécies e, ainda, que as espécies já introduzidas

devem ser erradicadas ou controladas. Os riscos associados à utilização ou abandono de organismos com modo de vida geneticamente modificados devem ser também controlados.

Com essas destes posicionamentos fica registrada a um só tempo a preocupação com a conservação da biodiversidade e tem-se, pela primeira vez, um instrumento que procura controlar e manejar os processos danosos não só às espécies como também aos ecossistemas. A preocupação com a biodiversidade revela-se também nos esforços que os governos vêm implementando para estabelecer sementeiras e bancos de germoplasma, como repositórios da maior quantidade possível de variedades de plantas cultivadas e de suas matrizes silvestres. Associa-se ainda a criação de reservas naturais como fator fundamental para o desenvolvimento, questão já apontada em 1988 no Relatório Brundtland

Atualmente, a conservação dos recursos vivos selvagens consta dos planos de governo: quase 400.000KM<sup>2</sup> da superfície terrestre do planeta é gerida explicitamente para conservar espécies e ecossistemas, e só muito poucos países não possuem parques nacionais. O desafio que se impõe hoje às nações já não é mais decidir se a conservação é uma boa idéia, mas sim como implementá-la no interesse nacional e com os meios disponíveis em cada país (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.162).

Outras providências têm sido tomadas, como a manutenção de zoológicos, envolvendo o investimento de alta tecnologia, principalmente na reprodução de vertebrados, e a conservação de tecidos e sementes, por meio de técnicas de manutenção em meio com baixas temperaturas.

Pode-se deduzir, a partir dos compromissos intergovernamentais firmados e das providências já efetivadas, que há um certo consenso no mundo capitalista de que a biodiversidade é necessária. Tal necessidade certamente está relacionada não só com tradicionais formas de aplicação de capital na produção de sementes melhoradas de culturas agrícolas, mas também com o surgimento e desenvolvimento de alternativas que representam hoje setores de intenso dinamismo econômico no processo de reciclagem do modo de produção capitalista nas últimas décadas, como são a indústria ecológica e a biotecnologia. Como lembra Benjamin (1993, p. 152) “... *movimentando 180 bilhões de dólares*

*anuais, cerca da metade do produto interno bruto brasileiro, a indústria ecológica dos Estados Unidos já ultrapassou a indústria eletroeletrônica (...) da década de 1990". Também no Relatório Brundtland, encontra-se a afirmação de que*

...as espécies e seus elementos genéticos prometem desempenhar um papel cada vez mais importante no desenvolvimento, e já se faz presente uma vigorosa argumentação econômica no sentido de preservá-los (...). Se as nações assegurarem a sobrevivência das espécies, o mundo poderá contar com alimentos novos e melhores, novas drogas e medicamentos e novas matérias-primas para a indústria. Esta possibilidade de as espécies contribuírem sempre mais e de uma infinidade de formas para o bem-estar da humanidade - é a principal justificativa para os esforços cada vez maiores no sentido de salvaguardar os milhões de espécies da Terra (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 162).

É visando, entre outras finalidades, a preservação da biodiversidade, que são exigidos por Organismos Governamentais responsáveis, os Estudos de Impacto Ambientais – EIA - de empreendimentos modificadores do meio ambiente.

Estas posições, de preocupação com a Natureza, entretanto, devem vir acompanhadas do compromisso com a justiça social, pois acrescentar os objetivos ambientais aos do desenvolvimento econômico apenas dinamizam a economia: novos serviços abrem novas frentes. Participação social é diferente de equidade social.

As discussões sobre classes sociais promovidas pelos Fisiocratas e principalmente por Ricardo e Malthus lançam luzes que nos acodem para o exame da questão da Economia Política e o Meio Ambiente: a que classe social serve? Quem ou qual se apropria? São questionamentos permanentes.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Economia Política é uma Ciência que estuda o comportamento e a expressão da ideologia das classes sociais, os Fisiocratas e os Clássicos examinaram sobre este tema, já os Neoclássicos tinham horror ao tema classes sociais.

Ao estudar o modo de produção capitalista e as necessidades criadas pela sociedade burguesa, podem-se encontrar os elementos que possibilitam a

compreensão do significado da Natureza e de sua conservação.

As decisões do capital que levam à diminuição da biodiversidade e à desestabilização de ecossistemas, certamente, não são o resultado de nenhum mecanismo conspiratório contra a natureza ou de uma maldade intrínseca a esse modo de produção, da mesma forma que a nenhum sentimento de bondade se devem as duas eventuais práticas conservacionistas.

O motor do capital é o lucro e é sob essa ótica que ele vê a natureza. O capitalismo se recria, ao se esgotarem fontes de matéria-prima, a tecnologia gera outras, podem ser até mais onerosas num primeiro momento. Cabe à sociedade criar as condições capazes de impor-lhe as restrições que achar necessárias. Também que a natureza e a sua diversidade devem ser apropriadas para tornar a vida humana melhor. O homem é parte da natureza e como tal deve conservá-la e ter acesso eqüitativo ao seu usufruto. O que se deve ter como objetivo é que ela sirva a todos as classes sociais e não só a algumas que dela se apropriam visando o lucro.

Nessa perspectiva, devem ser entendidas as reivindicações do ecologismo e a sua inserção nos documentos e compromissos firmados entre os governos, isto é, à luz das necessidades criadas pelas relações sociais de produção no momento presente. A lógica do capital leva-o objetivamente a luta pela conservação da biodiversidade e estabilidade dos ecossistemas, em vista dos ganhos que já aufer e que poderá auferir de sua exploração. Por outro lado, o ecologismo está alertando para algumas situações reais de danos à qualidade de vida humana decorrentes da eliminação de espécies e de desequilíbrios ecológicos, que exigem o disciplinamento das atividades produtivas.

Os movimentos ecológicos estruturados na década de 1960, mas também outros movimentos sociais vêm adquirindo maturidade e forte adesão social e cada vez mais, principalmente nas décadas de 1980, 1990 e início de 2000, tornaram-se importantes. São eles que buscam mudar os valores sobre os quais a sociedade está organizada. Movimentos muitas vezes, com forte poder de pressão coletiva no sentido de mudar valores, como bem exemplifica o movimento de mulheres, ou o movimento de consumidores, o movimento dos índios, dos negros, e principalmente o movimento dos ecologistas.

Neste início de século em que a globalização do capital tem levado a uma dimensão global, desnorteando aqueles países por eles atacados, o movimento dos ecologistas sinalizam com boas perspectivas quando tratam de mudar os valores da relação entre sociedade e natureza, forçando que esta se integre nos objetivos do crescimento econômico e do desenvolvimento material. Observa-se mesmo a contradição existente na ação do homem ao modificar o patrimônio comum, em vastas zonas do planeta, paradoxalmente, cresce a consciência de que urge por fim a elas.

Vale aqui registrar as discussões atuais sobre os organismos geneticamente modificados, os transgênicos, os quais serão analisados em outra oportunidade.

Na atualidade as questões acima assinaladas são vistas ainda como um processo nebuloso, decorrentes da complexidade das questões humanas colocadas neste início de século. Levantar estas questões e propor discuti-las, foi nosso objetivo.

## NOTAS

<sup>1</sup> *O estudo das classes sociais para fundamentar a partição da riqueza é assunto que os Fisiocratas também abordaram, mas entre Ricardo e Malthus as discussões são muito fecundas.*

<sup>2</sup> *Pigou em sua obra The economics of Welfare (1932) aborda sistematicamente o fenômeno das externalidades, mas do ponto de vista da empresa e que, posteriormente, seus princípios deram suporte para os estudos das questões ambientais, entre elas o dos custos e das perdas provocadas pela contaminação ambiental.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFANASSIEV V. S.; GROMEKA, V. I.; VIGODSKI, S. S. **História das doutrinas econômicas**. Rio de Janeiro : Zahar, 1967. t. 20.

BENJAMIN, C. (Ed.). **Diálogo sobre ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**: relatório elaborado para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HOBBSAWM E. J. **A era do capital**: 1848-1875. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

MARX, C. Prologo de la contribución a la crítica de la economía política. In: MARX, C; ENGELS, F. **Obras Escogidas**. Moscu. Editorial Progreso, 1972.

MEADOWS, D. H. et al. **Los límites del crecimiento**: informe al Club de Roma sobre el predicamento de la humanidad. México: Fondo de Cultura Económica. 1972.

QUESNAY, F. **Quadro econômico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

SMITH, A. **A economia clássica**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. 223p.

SILVA, M. F. da. **O verde da educação ambiental**. Campo Grande, MS: UFMS, 1997.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

## BIBLIOGRAFIA

ALMINO, J. **Naturezas mortas**: a filosofia política do ecologismo. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1993. (Coleção relações internacionais, 17).

BUARQUE, C. O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo : Brasiliense, 1993.

DORST, J. **Antes que a natureza morra**: por uma ecologia política. São Paulo : Edgard Blücher: EDUSP, 1973.

FOLADORI, G. Los límites del desarrollo sustentable. Uruguay : Ediciones de la Banda Oriental S.R.L. **Revista Trabajo y Capital**, [S.I.], 1999.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980. 432p.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Difel, 1984. t. 1, v. I – II.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Fuerbach). São Paulo: HUCITEC, 1993. (Pensamento socialista, 12).

OSER, J; BLANCHFIELD, W. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.

PASCHOAL, A. D. **Pragas, praguicidas & a crise ambiental**: problemas e soluções. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo : HUCITEC, 1979. (Economia e planejamento, Série teses e pesquisas).